NOVOS PARADIGMAS DE CIDADÃO: O PRESO COMO SUJEITO DE DIREITOS E DEVERES NO CENÁRIO POLÍTICO

NEW PARADIGM OF CITIZENS: THE ARRESTED AS A SUBJECT OF RIGHTS AND DUTIES ON THE POLITICAL SCENE

Samyle Regina Matos Oliveira¹
Verônica Teixeira Marques²

RESUMO

A divulgação dos dados mais recentes sobre o encarceramento no Brasil, pelo Ministério da Justiça, apontou que os presos provisórios constituem significativa parcela no sistema penitenciário. Diante disso, o principal objetivo deste trabalho é discutir a importância de garantir o exercício da cidadania na prisão, por meio dos mecanismos que viabilizem o voto dos presos provisórios, além de rediscutir a previsão constitucional que impede o sentenciado de votar. A partir disso, através do método de revisão bibliográfica, buscou-se apontar os elementos impeditivos para a inserção dos presos no cenário político. Contudo, a democracia requer participação política, diálogo e interação pública, conferindo o direito à voz aos grupos mais vulneráveis. Dessa forma, o componente democrático é indispensável para a adoção de políticas públicas e sob a perspectiva da reinserção social, para que as políticas públicas prisionais de proteção aos direitos humanos possam ser elaboradas, é preciso que seja construído um novo paradigma de cidadão e assegurados os direitos fundamentais.

Palavras-chave: Democracia; Direitos Fundamentais; Sistema Penitenciário

ABSTRACT

The release of the latest data on incarceration in Brazil, the Ministry of Justice, indicated that temporary prisoners constitute a significant portion of the prison system. Thus, the main objective of this paper is to discuss the importance of ensuring the exercise of citizenship in prison, by the mechanisms that allow the vote of temporary prisoners, in addition to revisit the constitutional provision that prevents sentenced to vote. From this, by the method of literature review, we attempted to point out impediments to the inclusion of prisoners in the political landscape elements. However, democracy requires policy dialogue and public interaction participation, giving voice to the right to the most vulnerable groups. Thus, the democratic component is essential for the adoption of public policies and from the perspective of social reintegration, to that prison policies for the protection of human rights can be established, it must be built a new paradigm citizen and ensuring the fundamental rights.

Keywords: Democracy; Fundamental Rights; Prison System

¹ Aluna de Graduação em Direito na Universidade Tiradentes – UNIT e Bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PROBIC/UNIT. samyleregina@hotmail.com

² Doutora em Ciências Sociais pela UFBA, Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Violência e Desastres - NUPEVID, do Instituto de Tecnologia e Pesquisa – ITP e do Núcleo de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade Integrada Tiradentes - FITS, é professora do Curso de Direito e do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes – UNIT. veronica.marques@hotmail.com

1. Introdução

A construção de um novo paradigma de cidadão, com base na efetivação de direitos humanos, constitui um verdadeiro desafio na contemporaneidade. O componente democrático é elemento indispensável para a adoção de políticas públicas em matéria de direitos sociais (JUNIOR NOGUEIRA e MARQUES, 2012, p.447).

Entretanto, é evidente que o sistema penitenciário não está inserido na discussão das políticas públicas como deveria. Sendo assim, os criminalizados deixam de ser convocados a participar desse processo, ficando à margem da sociedade e passam a utilizar as rebeliões como forma de expressão visível da realidade vivida nos estabelecimentos penais do País.

O principal objetivo deste trabalho é discutir a importância de garantir o exercício da cidadania na prisão. Para tanto foram elaboradas as seguintes situações-problema: a suspensão de direitos políticos é um efeito da condenação, ou seria uma pena? Por que o Estado não tem interesse que o preso vote? Sabe-se que a Constituição Federal de 1988 prevê o direito ao voto dos presos provisórios e suspende o direito ao preso sentenciado. E no Código Eleitoral consta que deverão ser instaladas sessões eleitorais nos estabelecimentos de internação coletiva e nos leprosários, inclusive para cegos onde haja, pelo menos, cinquenta eleitores.

Porém, existe um verdadeiro dissenso entre a previsão legal e a realidade, pois inúmeras são as desculpas para se inviabilizar o processo eleitoral nas prisões. Primeiro porque a sociedade não entende ser o preso digno de participar da vida política e segundo, pelo fato de o Estado não ter efetivo interesse de promover o processo eleitoral nas prisões, seja por questões financeiras, seja pela necessidade de manter os presos no campo da invisibilidade.

Diante disso, o trabalho se propõe, por meio de revisão bibliográfica, a discutir a reconfiguração do encarcerado no cenário político, ou seja, a ver “o preso como um cidadão”, bem como objetiva abordar a efetivação dos Direitos Humanos como pressuposto para o exercício da cidadania.

2. O preso como um cidadão

O sufrágio universal está previsto na Constituição Federal de 1988, em seu art. 14, e no Código Eleitoral, em seu art. 136. A Constituição Federal prevê que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, enquanto o Código Eleitoral (lei 4737/65) dispõe que deverão ser instaladas seções nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva e nos leprosários, inclusive para cegos onde haja, pelo menos, cinquenta eleitores. *In verbis*:

Art. 136. Deverão ser instaladas seções nas vilas e povoados, assim como nos **estabelecimentos de internação coletiva**, inclusive para cegos e nos leprosários onde haja, pelo menos, 50 (cinquenta) eleitores (*grifo nosso*).

Parágrafo único. A mesa receptora designada para qualquer dos estabelecimentos de internação coletiva deverá funcionar em local indicado pelo respectivo diretório mesmo critério será adotado para os estabelecimentos especializados para proteção dos cegos.

A Carta Magna assegura a todos os direitos políticos e determina a obrigatoriedade do alistamento eleitoral e do voto aos maiores de dezoito anos. Esses direitos, só serão cassados ou suspensos nos casos elencados no art. 15 da Constituição Federal de 1988 e neste artigo não estão inseridos os enclausurados provisórios.

Nesse sentido, aquele que comete um crime e que tem conhecida responsabilidade por sentença judicial, recebendo a imposição de uma pena, tem suspensos os seus direitos políticos enquanto durarem os efeitos da sentença. Isto acontece porque se pressupõe que a pena cominada, tendo como principal finalidade a reeducação do delinqüente, foi fixada de acordo com o tempo que se supõe necessário para que se complete o processo de reeducação (DALLARI, 1998, p.49).

Contudo, é fundamental salientar que apenas os criminosos condenados judicialmente, em processo normal, com ampla possibilidade de defesa, é que sofrem a suspensão dos direitos políticos. A mera suspeita ou acusação, ou mesmo o processo sem condenação, não justifica a medida restritiva.

Dallari (1998, p.49) alerta que a cassação dos direitos políticos é uma sanção gravíssima, significando, numa democracia representativa, uma verdadeira morte civil, pois o indivíduo privado de tais direitos perde a possibilidade de participar do governo, não tendo como influir sobre a política e sobre afixação das regras de comportamento

social a que estará sujeito. Isto significa, em última análise, que em relação a esse indivíduo o Estado deixa de ser democrático.

Friedrich Müller apregoa que,

a idéia fundamental da democracia é a determinação normativa de um tipo de convívio de um povo pelo mesmo povo. Já que não se pode ter o auto-governo na prática quase inexecutável, pretende-se ter ao menos a auto-codificação das prescrições vigentes com base na livre competição entre opiniões e interesses, com alternativas manuseáveis e possibilidades eficazes de sancionamento político (MULLER, 1998. p. 57).

A democracia requer participação política, diálogo e interação pública, conferindo o direito à voz aos grupos mais vulneráveis (SEN, 2009, p. 347 *apud* PIOVESAN, p.216).

Segundo José Joaquim Gomes Canotilho, “ideia de procedimento/processo continua a ser valorada como dimensão indissociável dos direitos fundamentais”, acrescentando que “a participação no e através do procedimento já não é um instrumento funcional e complementar da democracia, mas sim uma dimensão intrínseca dos direitos fundamentais” (CANOTILHO, 2008 *apud* PIOVESAN, 2010, p.216). Para Flávia Piovesan, o componente democrático é indispensável para a adoção de políticas públicas em matéria de direitos sociais.

Porém, é notório que o sistema penitenciário não está inserido na discussão das políticas públicas. Sendo assim, “os criminalizados deixam de ser convocados a participar desse processo, ficando à margem da sociedade” (CAMARGO, 2009). Muitas vezes para serem ouvidos, eles se utilizam das rebeliões como forma de demonstrar as insatisfações da realidade vivida. Daí a necessidade de ampliação do rol de pessoas legitimadas a participar das questões políticas, pois tais questões também dizem respeito às vidas dos presos provisórios ou condenados (CAMARGO, 2009).

Em um Estado Democrático de Direito a participação popular nas decisões públicas é imprescindível. Etimologicamente, o Brasil é um Estado de Direito porque possui nas leis a limitação do exercício do poder político e, é um Estado Democrático porque o poder político é subordinado à soberania popular.

Preceitua a Constituição Federal, em seu artigo primeiro, que o Brasil é formado pela união indissolúvel dos Estados, dos municípios e do distrito federal, se

caracterizando enquanto *Estado Democrático de Direito* por ser baseado nos seguintes fundamentos: a soberania, a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político. Além disso, define que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da própria Constituição.

Todavia, uma das formas de participação efetiva dos cidadãos na vida política é por meio do voto. Mas e quanto aos presos? Eles votam? Como funcionam as eleições e quais as informações transmitidas aos presos que votam? Tais questões nem sempre são respondidas ou sequer debatidas.

Um trabalho recente do Grupo de Estudos Carcerários Aplicados da USP (GECAP-USP)³, coordenado pelo professor Cláudio do Prado Amaral, revelou que Brasil vive ‘buraco negro’ de informação sobre as cadeias. Os pesquisadores analisaram os sites de todos os governos estaduais e verificou-se um “verdadeiro buraco negro” de informações sobre a situação nas cadeias brasileiras. Para o professor Cláudio Amaral a falta de transparência é uma das causas da crise carcerária (TRUFFI, 2014).

Diante dessa realidade, é evidente a dificuldade que existe para obter informações sobre o sistema carcerário e, sobretudo, sobre a participação política ou não dos encarcerados. No entanto, é possível estabelecer algumas conclusões elucidativas por meio do cruzamento de dados e da revisão de literatura.

O contexto de garantia de direitos humanos fundamentados na cidadania e a consolidação da democracia política no país foram marcados, nos últimos vinte anos, pelas lutas sociais e conquista da chamada “Constituição Cidadã”.

A Constituição Federal de 1988, ao marcar o início de uma nova ordem democrática, incorporando os direitos estabelecidos na Declaração de 1948, estabeleceu a dignidade da pessoa humana como um dos princípios básicos da estrutura constitucional brasileira, ou seja, como fundamento maior da construção do Estado Moderno (BRASIL, 1988).

O direito dos presos provisórios ao voto foi regulamentado também pelas resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁴ ao longo dos anos. Porém, o que se vê

³ Essa pesquisa foi noticiada por Renan Truffi em uma matéria intitulada “Maioria dos Estados omite dados sobre presídios do País”, publicada em fevereiro de 2014. Disponível em < <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-02-05/maioria-dos-estados-omitem-dados-sobre-presidios-do-pais.html> > Acesso em 08.fev.2014

⁴ Algumas dessas resoluções são: Res.—TSE n2 21.160, Relator: Ministro. Fernando Neves, DJ de 1.8.2002, Res.-TSE n° 21.804 Relator: Ministro Humberto Gomes de Barros, DJ de 9.8.2004 e Res.-TSE

é que tal direito muitas vezes é negado, o que equivale dizer que esse indivíduo não tem direito à cidadania: seus direitos são explicitamente ceifados. Na Res.-TSE nº 21.804/2004, havia clara previsão de instalação de seções eleitorais nas penitenciárias:

CONSULTA. SEÇÃO ELEITORAL ESPECIAL.
ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO. PRESOS
PROVISÓRIOS.

- A possibilidade de presos provisórios virem a votar depende da instalação de seções especiais, bem como de os interessados terem efetuado pedido de transferência eleitoral (Res.-TSE nº 21.804, rei. Mi Humberto Gomes de Barros, DJ de 9.8.2004).

A Resolução nº 22.154/2006 do TSE possui, em seu art. 17, de forma mais imperativa, o entendimento de que “os juízes eleitorais, sob a coordenação dos Tribunais Regionais Eleitorais, poderão criar seções eleitorais especiais em penitenciárias, a fim de que os presos provisórios tenham assegurado o direito de voto”.

Na mesma linha, a Resolução do TSE de nº 23.219/2010, cujos procedimentos foram estabelecidos com o Provimento 6 (DJ-E 16-5-2012), dispõe que:

Art. 1º Os Juízes Eleitorais, sob a coordenação dos Tribunais Regionais Eleitorais, criarão seções eleitorais especiais em estabelecimentos penais e em unidades de internação de adolescentes, a fim de que os presos provisórios e os adolescentes internados tenham assegurado o direito de voto, observadas as normas eleitorais e as normas específicas constantes desta resolução.

Parágrafo único. Para efeito desta resolução, consideram-se:

I – presos provisórios aqueles que, apesar de recolhidos a estabelecimento de privação de liberdade, não possuem condenação criminal transitada em julgado;

II – adolescentes internados os menores de 21 e os maiores de 16 anos submetidos à medida socioeducativa de internação ou à internação provisória;

III – estabelecimentos penais todos os estabelecimentos onde haja presos provisórios recolhidos;

IV – unidades de internação todas as unidades onde haja adolescentes internados.

Recentemente, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁵ aprovou, na sessão administrativa do dia 17 de dezembro de 2013, seis resoluções das eleições gerais de 2014. Dentre as inovações da resolução sobre os atos preparatórios das eleições de 2014, destacam-se a permissão do voto em trânsito para presidente da

n! 22.154, Relator: Ministro. Caputo Bastos, DJ de 14.3.2006; Resolução Nº 23.219 do Tribunal Superior Eleitoral. Relator: Ministro Arnaldo Versiani.l

⁵ Informação disponibilizada no site do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em < <http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Dezembro/tse-aprova-seis-resolucoes-das-eleicoes-gerais-de-2014> > Acesso em 05.jan.2014

República não só nas capitais, mas também nos municípios com mais de 200 mil eleitores e o voto facultativo para os presos provisórios, diferentemente das eleições de 2010, quando foi obrigatório.

O direito ao voto dos presos provisórios encontra fundamento no princípio da Constituição que versa sobre a presunção de inocência, onde todos são inocentes até uma deliberação judicial determinante. Assim, enquanto cidadãos, eles possuem direitos políticos.

De acordo com Camargo (2009), entre as aplicações do princípio da presunção de inocência está aquela em que o acusado deve ser tratado como inocente durante o andamento processual. Dessa forma, as medidas coercitivas que forem inevitáveis durante o processo só podem ser tomadas na exata medida de sua necessidade, adotando-se, durante a investigação, meios que não tragam constrangimentos ao investigado.

Cumprido ressaltar que o último levantamento produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com base em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal, banco de dados administrado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, apontou que 38% dos detentos no Brasil são presos provisórios, com casos ainda não julgados⁶.

De acordo com o estudo, sete estados têm mais de 50% da população carcerária ainda aguardando julgamento: Mato Grosso (53,6%), Maranhão (55,1%), Minas Gerais (58,1%), Sergipe (62,5%), Pernambuco (62,6%), Amazonas (62,7%) e Piauí (65,7%).

No geral, a população carcerária do país passou de 471,2 mil para 515,4 mil entre 2011 e 2012, um aumento de 9,39%. A taxa de encarceramento subiu quase 30% nos últimos cinco anos, de acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen) do Ministério da Justiça⁷ e em ranking de 2012, o Brasil detinha o 4º lugar entre os países de maiores populações carcerárias no mundo:

⁶ Essas informações podem ser encontradas no G1 Brasil, na matéria: “Número de presos cresceu quase 10% entre 2011 e 2012, diz estudo, publicada em novembro de 2013. Disponível em < <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/numero-de-presos-cresceu-quase-10-entre-2011-e-2012-diz-estudo.html> > Acesso em 09. Jan. 2014

⁷ Os dados foram obtidos por meio das informações do site do Ministério da Justiça sobre a população carcerária. Disponível em: < <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7bD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7d&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7bc37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7d%3b&UIPartUID=%7b2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7d> > Acesso em: 03. Fev. 2014

Maiores populações carcerárias				
	País	Nº total de presos	Presos por 100 mil habitantes	Taxa de ocupação nas prisões
1	EUA	2.266.832	730	106%
2	China	1.640.000	121	n/d
3	Rússia	708.300	495	91%
4	Brasil	514.582	288	184%
5	Índia	372.296	30	112%
6	Irã	250.000	333	294%
7	Tailândia	244.715	349	195%
8	México	238.269	206	126%
9	África do Sul	156.659	307	132%
10	Ucrânia	151.137	334	97%

FONTES: WORLD PRISON BRIEF / MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO BRASIL⁸

Esses dados indicam que os presos provisórios constituem significativa parcela não apenas no sistema penitenciário, mas da sociedade brasileira. Isto significa, nos termos de Dallari (1998), que boa parte dos presos estão “mortos” civilmente, sem serem sequer notados no cenário político.

As consequências dessa invisibilidade podem ganhar proporções incalculáveis, desde o extremo desprezo até o total descrédito em toda e qualquer política pública que venham a ser proposta no sentido de ressocializar.

Ocorre que a suposta ou pretendida reintegração do egresso já é inviabilizada em decorrência do estigma que recai sobre ele, pois é um indivíduo que desrespeitou a normatização dos hábitos, costumes e valores e identificado pelo senso comum como “prejudicial ao convívio e interação sadia na comunidade” (MELO, 2005 *apud* GOMES, 2012, p.15).

Para Melo (2005 *apud* GOMES, 2012, p.15) “O estigma é um atributo que produz um amplo descrédito na vida do sujeito; em situações extremas, é nomeado como “defeito”, “falha” ou desvantagem em relação ao outro”.

Assim, se além de enfrentar o estigma, recai sobre o preso também a invisibilidade na seara política, enterram-se os direitos e as chances de repensar formas de punir que sejam cumpridoras da função social, ficando mais distante e utópico o ideal ressocializador.

⁸ A tabela foi divulgada por Rogerio Wassermann, em matéria publicada em dezembro de 2012 para a BBC Brasil em Londres : **Número de presos explode no Brasil e gera superlotação de presídios**. Disponível em < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121226_presos_brasil_aumento_rw.shtml > Acesso em 05. Jan. 2014

Diante disso, o que é interessante destacar são as inúmeras justificativas dadas para suprimir o direito ao voto crime: uma delas é que o preso não tem acesso aos meios de comunicação para receber as informações referentes aos candidatos e por isso não teria discernimento para escolhê-los conscientemente. Porém, alegar isso é assumir a inacessibilidade às informações e à educação, o que certamente não faz sentido quando se lembra que as transformações políticas repercutem também na vida dos encarcerados – seja no cumprimento da pena, em seu retorno ao convívio social, na vida de seus familiares e da sociedade da qual faz parte... ou pelo menos, deveria ser assim.

Dessa forma, o direito à informação está intimamente relacionado ao exercício da cidadania e assim como esta, abrange a todos. Segundo Targino (2006, p. 71 *apud* NETO SILVA, 2010): “Não há exercício da cidadania sem informação. Isto porque, até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los, e isto é informação”. Nesta perspectiva pode-se compreender o conceito de informação como sendo uma contribuição social para a conscientização do homem sobre seus direitos e seus deveres (NETO SILVA, 2010).

Outro obstáculo apontado pelos Tribunais Regionais Eleitorais para impedir muitas vezes o processo eleitoral é que o Estado não dispõe de condições para colher os votos dos presos que ainda não receberam a sentença (FERREIRA e CHRISTOFOLETTI, 2010). Argumento que pode ser rebatido por meio do chamado “voto em trânsito”, implementado em muitos lugares, conforme será discutido posteriormente ainda neste trabalho.

O que se percebe de um modo geral é que falta ao Executivo e ao Legislativo no Brasil uma vontade política para encontrar saídas alternativas à prisão. José de Jesus Filho (WASSERMANN, 2012)⁹, enquanto assessor da Pastoral Carcerária Nacional, defende que "A sociedade ainda não pode abrir mão das prisões, mas elas deveriam servir só para conter os criminosos de alto risco". Para ele, "entre 70% e 80% dos presos" poderiam cumprir penas alternativas, como compensação às vítimas, prestação de serviços à comunidade, vigilância à distância e recolhimento noturno.

⁹ Informação obtida através da publicação de Rogerio Wassermann para a BBC Brasil em Londres, em dezembro de 2012: **Número de presos explode no Brasil e gera superlotação de presídios**. Disponível em < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121226_presos_brasil_aumento_rw.shtml > Acesso em 05. Jan. 2014

O próprio presidente do Supremo Tribunal Federal chamou a atenção que a Corte Interamericana e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos vêm apontando para o Brasil e, segundo ele, vão crescentemente apontar cada vez mais para os problemas das penitenciárias brasileiras. “A grande dificuldade nessa área é que o Judiciário não tem poder de construir prisões, de melhorar prisões. Tudo isso é tarefa do Poder Executivo”, criticou. “O Poder Executivo pelo visto não tem interesse em nada disso. Eu acho que há exemplos no direito comparado que exigiriam uma ação bem mais enérgica e atenta por parte do Ministério Público” (ABREU, 2013).

Neste diapasão, criar um novo paradigma de cidadão, no qual o preso possa ser enquadrado, garante a ele um espaço no qual ele poderá ser visto como agente de mudança social. Ou seja, o Legislativo e o Executivo certamente ficarão mais atentos às formulações de políticas públicas direcionadas para o sistema carcerário. Por conseguinte, a sociedade seria beneficiada com a melhoria nos programas de ressocialização e possível diminuição no índice de reincidência.

3. A garantia dos Direitos Fundamentais como pressuposto para o exercício da cidadania

A cidadania não é apenas o exercício realizado pelo cidadão, dos direitos e deveres que lhe são outorgados pelo Estado, seu conceito é muito mais amplo e está ligado a uma concepção mais ampla de acesso à justiça.

De acordo com Lafer, a participação cidadã é indispensável à dignidade humana, uma vez que

Os direitos humanos pressupõem a cidadania não apenas como um fato e um meio, mas sim como um princípio, pois a privação da cidadania afeta substancialmente a condição humana uma vez que o ser humano privado de sua substância, vale dizer: tornado pura substância, perde a sua qualidade substancial, que é de ser tratado pelos outros como um semelhante (LAFER, 1991, p.151).

Cumpramos ressaltar que muito embora haja uma diferença doutrinária entre direitos humanos e direitos fundamentais - sendo estes aplicados para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, e aqueles utilizados com relação aos direitos vinculados aos documentos de direito internacional - o que se pode notar no que tange ao direito

político do preso provisório é que enquadra-se no conceito de direito fundamental, um direito positivado pela Carta Magna. Nas lições de Ingo Wolfgang Sarlet:

Em que pese sejam ambos os termos ('direitos humanos' e 'direitos fundamentais') comumente utilizados como sinônimos, a explicação corriqueira e, diga-se de passagem, procedente para a distinção é de que o termo 'direitos fundamentais' se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão 'direitos humanos' guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, aspiram à validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional (internacional) (SARLET, 2006, p. 35-36).

No entanto, de forma mais genérica, o direito à cidadania, enquanto requisito fundamental ao princípio basilar da dignidade da pessoa humana, encontra-se nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Por essa razão, o direito ao voto pode ser visto como direito fundamental e o direito à cidadania como Direito Humano, de modo que a afirmação de Lafer (1991, p.151) quando concebe os direitos humanos como pressuposto da cidadania, torna-se perfeitamente compreensível.

A cidadania para Lafer (1991, p.151) é um verdadeiro princípio, sem o qual a condição humana seria substancialmente afetada. De acordo com Valério de Oliveira Mazzuoli:

Consiste na consciência de participação dos indivíduos na vida da sociedade e nos negócios que envolvem o âmbito de seu estado, alcançados, em igualdade de direitos e dignidade, através de construção da convivência coletiva, com base num sentimento ético comum, capaz de torná-los partícipes no processo do poder e garantir-lhes o acesso ao espaço público, pois, democracia pressupõe uma sociedade civil forte, consciente e participativa (MAZZUOLI, 2002, p.107).

Segundo Jair Eduardo Santana (1995, p.69), assim como para Renato Janine Ribeiro (2001), a cidadania moderna se diferencia da antiga e foi constituída a partir dos direitos humanos em sua construção histórica de direitos: os civis, os políticos e os sociais (RIBEIRO, 2009).

Renato Janine Ribeiro (2001) escreve em seu livro “*A democracia*”, que a concepção de cidadania na modernidade vem impregnada da concepção de cidadania antiga: há um saudosismo em relação à cidadania grega, sustentada nos princípios de participação direta e no ideário de bem público, e uma crítica à concepção de cidadania moderna, em contrapartida.

Como propõe Ribeiro (2001) é importante desmistificar a antiga concepção romântica de cidadania, visto que ela, vivenciada por menos de um século e em apenas poucas cidades gregas em meados do séc. V a.C, difere da cidadania atual, já que os cidadãos gregos eram poucos e definiam-se por critérios muito específicos e excludentes.

Na sociedade ocidental, no que diz respeito aos direitos civis, pode-se dizer que são aqueles adquiridos nos séculos XVII e XVIII, na fase liberal clássica, tais como os direitos à vida, à liberdade e a propriedade¹⁰. Pensadores liberais como Stuart Mill, Jonh Locke, Benjamim Constant e Alexis de Tocqueville entendem que os direitos basilares da cidadania se relacionam com os direitos individuais do mundo capitalista.

Os direitos políticos estão atribuídos à liberdade de associação, de crença e de pensamento, bem como à participação política com o uso de mecanismos postos pela ordem jurídica vigente. Os direitos sociais, por sua vez, bem como os econômicos e culturais, são direitos fundados nos princípios da igualdade e com o alcance positivo, pois não são contra o Estado, mas ensejam a garantia e a concessão a todos os indivíduos por parte do poder público (WOLKMER, s/d).

Sem dúvidas a cidadania é a pauta dos movimentos sociais dos Estados Democráticos, que reivindicam para seus membros melhores condições de nível econômico, político, social e cultural. Ser cidadão implica ter direitos e deveres. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, um dos documentos básicos da Organização das Nações Unidas (ONU), assinada em 1948, enumera os direitos que todos os seres humanos possuem.

O Estado Democrático de Direito nos ensina Rodrigo Costa Vidal Rangel:

É o paradigma estatal que objetiva realizar a dignidade da pessoa humana sob a égide da solidariedade e da justiça social. Busca assegurar o direito à participação consciente, preparada e a mais ampla possível, do cidadão nos processos políticos e decisórios, posto

¹⁰ A Revolução inglesa, de 1776, foi um marco da democracia do Antigo Regime. Ao pregarem o direito à liberdade e de resistência a um governo autoritário, forneceram a base teórica não só pra independência como também para edificação do novo Estado.

que todo poder emana do povo e somente se legitima pelo consentimento livre e esclarecido deste (RANGEL, 2008, p. 41).

Exercitar a cidadania ou mesmo ser cidadão (apenas enquanto detentor de direitos e obrigações) vem se reformulando em ações e papéis a partir de contradições sociais e políticas na realidade do mundo capitalista.

Entretanto, conforme Andrade (2003, p. 27 *apud* CAMARGO, 2009), a expansão do sistema penal é um obstáculo para a construção da cidadania e uma ameaça para o diálogo democrático do poder, já que o sistema penal aumenta a desigualdade na sociedade por meio da exclusão e a criminalização dos pobres e excluídos. Todavia, o voto instaura a democracia política, incorporando sujeitos historicamente excluídos do direito de sufrágio.

Contudo, já existe certa evolução nesse aspecto, em alguns estados. Conforme a informação divulgada pelo Tribunal Superior Eleitoral, o voto do preso provisório existe em alguns Estados desde 2002, como é o caso de Sergipe. Nas eleições de 2008, 11 Estados asseguraram a votação de presos provisórios em algumas penitenciárias. No ano de 2010, aproximadamente 18.928 presos provisórios, além de mesários e funcionários das instituições carcerárias, participaram das eleições em 335 zonas eleitorais espalhadas pelo Brasil. Em 2012, foram 8.871 os eleitores que estavam também na condição de presos provisórios e que votaram em 394 zonas eleitorais distribuídas no país¹¹.

Entretanto, o que não se pode olvidar é de dar continuidade ao avanço, de modo que uma maior ênfase seja dada para a questão da votação no cárcere, a fim de que a sociedade civil, bem como os integrantes do legislativo e do executivo olhem para o preso como cidadão, sujeito de direitos e deveres.

Enfim, a partir dessas reflexões é possível constatar que a efetivação da cidadania constitui elemento indispensável para que a democracia continue a ser vista como referência na efetivação de direitos humanos.

4. Por que o Estado não tem interesse que o preso vote?

Inicialmente, o que merece ser salientado diante da falta do interesse estatal em garantir os direitos dos encarcerados, é a existência do chamado efeito em cadeia, a

¹¹ Informação obtida no próprio site do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em < <http://www.tre-sc.gov.br/site/imprensa/noticia/arquivo/2013/abril/artigos/presos-provisorios-tem-direito-a-participacao-cidada-na-democracia/index.html> > Acesso em 06 jan.2014

sucessão de acontecimentos que geram uns aos outros e se alimentam. Isto significa que enquanto for mantida somente a ideia da segregação como solução para os problemas gerados pela violência, será alimentado um sistema há muito tempo já defasado e descumpridor da sua função social.

Na contemporaneidade, a criminologia está pautada em duas concepções opostas do cárcere: uma fundamentada na criminologia clínica tradicional, de cunho positivista; outra baseada nos pressupostos da criminologia crítica (JULIÃO, 2012, p.34).

Conforme salienta Sá (2007, p.02 *apud* JULIÃO, 2012), as políticas de segurança carcerária, bem como as diretrizes de formação dos agentes penitenciários e a gestão prisional das práticas de segurança penitenciária amparam-se no antagonismo das concepções de criminologia.

A partir desses conceitos pode-se dizer que a criminologia tradicional está associada ao paradigma estritamente coercitivo, orientando-se pelo interesse e bem-estar da sociedade e do sistema, enquanto a criminologia crítica se fundamenta na individualização da execução penal e por conseguinte prioriza o interesse e bem-estar da população carcerária (JULIÃO, 2012, p.35).

O que muitas vezes passa despercebido é esta intrínseca relação entre as duas concepções de criminologia que deságuam na temática geral discutida. Nesse sentido, só é possível falar em bem-estar da sociedade (concepção tradicional), se houver um bem-estar da população carcerária (concepção crítica). E fazendo o contraponto, isto é, a análise às avessas, é possível dizer, inclusive, que o bem-estar dos apenados promove o consequente bem-estar da sociedade (que será menos afetado com condutas delituosas).

Dentro dessa perspectiva, alguns questionamentos fundamentais podem ser levantados: Por que os governantes, em tese, preocupam-se com a educação, com o trabalho, a segurança e a moradia dos cidadãos? Na verdade, o fazem por questões puramente políticas e egoísticas, pois eles dependem do voto do povo para terem o poder. Na disputa pelo poder, fica evidente que as obras e melhorias feitas para a população servem para o marketing do candidato e as omissões e malefícios são apontados pelo adversário para prejudicar o candidato.

É nesse aspecto que se revela o descaso com os presos: eles não interessam objetivamente aos políticos, justamente porque os presos não votam, seja porque já

foram sentenciados ou no caso do provisórios (que têm o direito), porque lhes foi negado.

Recentemente, no Maranhão¹², a Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral da Região propôs a garantia ao preso provisório do direito ao “voto em trânsito” nas Eleições 2014. A sugestão é que o preso provisório não cadastrado na seção eleitoral especial dos estabelecimentos prisionais até 150 dias antes da eleição possam votar “em trânsito” naquele lugar ou, se já em liberdade, em outro local.

Isto significa um avanço em relação à Resolução do TSE nº 21.804 que previa como requisito o pedido de transferência eleitoral dos interessados, o que dificultava ainda mais o trâmite eleitoral.

Esta adaptação ao atual modelo do “voto em trânsito” foi apresentada pelo desembargador Fróz Sobrinho (corregedor do TRE-MA) ao Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral. De acordo com o desembargador, o insignificante número de presos provisórios que efetivamente tem participado do processo eleitoral deve ser objeto de análise e reformulação pelos órgãos judiciais e políticos, sendo que a Justiça Eleitoral não pode se furtar de conscientizar e promover a participação desse público no cenário eleitoral.

Acrescentou ainda que a ideia “...é fazer com que a Justiça Eleitoral não atue apenas como regulamentadora dos atos preparatórios para uma eleição especial, mas crie mecanismos efetivos para garantia do ato de votar do preso provisório”, de modo a superar os entraves técnicos e operacionais existentes em prol de um direito maior e albergado pela Carta Magna. Em nenhum dos seus artigos a Constituição suprime a cidadania do preso ou mesmo o rechaça do processo eleitoral no que se refere à sua representatividade.

Medidas como essas começam a diminuir a distância entre o preso e a sociedade. Porém, por enquanto elas estão restritas apenas aos presos provisórios. No caso dos presos sentenciados, muito embora a Constituição preveja o afastamento da esfera política, deve-se trazer para pauta se há adequação entre a pena aplicada com o crime cometido. Isto significa dizer que nem sempre é justo que todo condenado fique alheio às decisões políticas do país, as quais também afetarão a sua vida.

¹² Informação disponível no site do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Disponível em <<http://www.tre-ma.jus.br/noticias-tre-ma/2013/Abril/tre-ma-quer-garantir-o-voto-em-transito-do-preso-provisorio>> Acesso em: 12.Fev.2014.

Puggina (2006, p.4) lembra que é preciso definir se a suspensão de direitos políticos é uma pena ou uma condenação

Também temos que observar outro fator: a suspensão de direitos políticos, é um efeito da condenação, ou seria uma pena? O Tribunal Superior Eleitoral entende que seria um efeito da condenação, e que este efeito “cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independentemente de reabilitação ou prova de reparação dos danos”. Porém, fosse um efeito da condenação, seria automático? Fosse esta suspensão um efeito, conforme o entendimento majoritário, deveríamos observar o seguinte: por qual motivo o artigo 55 da mesma Constituição Federal, quando trata da perda do mandato do deputado ou senador, separa a suspensão dos direitos políticos da condenação criminal transitada em julgado? Fosse a suspensão dos direitos políticos algo automático pelo fato de condenação criminal transitada em julgado, não precisaria este artigo apontar que o Deputado ou Senador perderá o mandato por sofrer condenação criminal transitada em julgado. Obviamente, ao ser condenado, teria seus direitos políticos suspensos! Ou, seguindo este entendimento, poderia o Deputado ou Senador continuar exercendo seu mandato, mas não ter seus direitos políticos, por ser um efeito automático da condenação! (PUGGINA, 2006, p. 4)

Nas eleições de 2006, o Rio Grande do Sul se tornou exemplo ao realizar a votação no maior presídio da América Latina, com aproximadamente 4.000 presos, provando que é possível superar as dificuldades.

É importante lembrar que em países como o Canadá, o direito de voto é garantia da Constituição Canadense, e os canadenses que alcançaram os 18 anos até o dia da eleição e que estão atualmente em uma instituição correcional ou numa penitenciária federal podem votar.

Outro exemplo interessante de articulação política é o da África do Sul. A “SAPHOR”, Organização dos Presos Sul-Africanos para a Defesa dos Direitos Humanos, faz protestos cobrando o direito de votar, além de pedir que todos os familiares de presos não votassem, como forma de pressionar o governo a permitir o voto de todas as pessoas do país que se encontram presas. Além destes, também votam os presos em países como a República Tcheca, Dinamarca, Japão, Quênia, Países Baixos, Peru, Noruega, Polônia, Romênia, Suécia, Zimbábue, França, entre outros (PUGGINA, 2006, p.4).

Outro caso bastante peculiar é o da Alemanha, onde a lei obriga as autoridades da prisão a incentivar os prisioneiros a votarem, proibindo somente aqueles que cometerem crimes eleitorais, contra a ordem democrática ou que a sentença condene expressamente (PUGGINA, 2006, p.4).

Contudo, embora existam países que promovem o voto dos presos, ainda é incipiente o número de pesquisas, estudos e bibliografia de uma forma geral que analise os resultados práticos que essa promoção traz para a sociedade e para o sistema penitenciário desses países.

A partir dessas ponderações pode-se inferir que garantir o direito ao voto dos presos é assegurar que eles deixarão de ser fantasmas no cenário político e terão em mãos um grande instrumento de mudança para a realidade carcerária.

5. Considerações finais

O crescente número de encarcerados é um problema que, quando somado aos fatores que potencializam a inadequação do sistema, causam prejuízos sociais muitas vezes irrecuperáveis e irreversíveis. O quadro de um sistema fadado ao fracasso desperta na sociedade uma verdadeira repulsa e total descrença no poder punitivo e ressocializador do Estado.

Diante disso, o paradoxo entre o dever ser e a realidade constitui um dos óbices ao exercício da cidadania no cárcere. Pouco se discute sobre a cidadania nos presídios e sobre a questão do direito ao voto dos presos provisórios. Isso se justifica por duas razões, primeiro porque a sociedade não entende ser o preso digno de participar da vida política e a segunda, pelo fato de o Estado não ter efetivo interesse de promover o processo eleitoral nas prisões, seja por questões financeiras, seja pela necessidade de manter os presos no campo da invisibilidade.

Porém, é notório que o sistema penitenciário não está inserido na discussão das políticas públicas como deveria. Sendo assim, os criminalizados deixam de ser convocados a participar desse processo, ficando à margem da sociedade e passam a utilizar as rebeliões como forma de expressão visível da realidade vivida nos estabelecimentos penais do País.

Dessa forma, a construção de um novo paradigma de cidadão, com base na efetivação de direitos humanos, constitui um verdadeiro desafio. E a carência expressiva de bibliografia acerca dessa temática dificulta ainda mais o trabalho de quem acredita ser a democracia o instrumento indispensável à participação política, diálogo e interação pública dos grupos mais vulneráveis.

Referências

GOMES, Fernanda Carvalho. **Reintegração social de egressos do sistema prisional: a visão de empregadores/as**. 57 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) – Universidade Católica, Brasília, 2012.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Sistema Penitenciário Brasileiro: A educação e o trabalho na política de Execução Penal**. Petrópolis, RJ; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012

JUNIOR NOGUEIRA, Gabriel; MARQUES, Verônica T. **Reinserção Social: Para Pensar Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos**. In: Direitos sociais e políticas públicas I [Recurso eletrônico on-line]. Organização CONPEDI/UNINOVE; Coordenadores: Terezinha de Oliveira Domingos, Lídia Maria Ribas, Helena Elias Pinto–Florianópolis: FUNJAB, 2014. pp. 447-465.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Direitos humanos & cidadania: à luz do novo direito internacional**. Campinas: Minelli, 2002. 167

MULLER, Friedrich. **Quem é o povo? A questão Fundamental da democracia**. Tradução: Peter Naumam, revisão: Paulo Bonavides, São Paulo:Max Limonad, 1998.

RANGEL, Rodrigo Costa Vidal. **Educação constitucional, cidadania e Estado Democrático de Direito**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Democracia**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SANTANA, Jair Eduardo. **Democracia e Cidadania: O Referendo como Instrumento de Participação Política**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 9. ed., rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

WOLKMER, Carlos Antônio. **Novos Pressupostos para a temática dos Direitos Humanos in Direitos humanos e globalização** [recurso eletrônico] : fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica / org. David Sánchez Rúbio, Joaquín Herrera Flores, Salo de Carvalho. – 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

ABREU, Diogo. **Poder Executivo não tem interesse nos presídios, critica presidente do STF**. Atualização 19/12/2013. Disponível em <
http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/12/19/interna_politica,404287/poder-executivo-nao-tem-interesse-nos-presidios-critica-presidente-do-stf.shtml

> Acesso em 01.jan.2014

BRASIL. **Código Eleitoral**. Disponível em: < http://www.tse.gov.br/hotSites/CatalogoPublicacoes/pdf/codigo_eleitoral/CE_atualizado.pdf >. Acesso em: 27. Jan. 2014

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/principal.htm >. Acesso em: 20. jan. 2014.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **População carcerária: sintético**. Disponível em: < <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7bD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7d&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7bC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7d%3b&UIPartUID=%7b2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7d> > Acesso em: 03. Fev. 2014

CAMARGO, Juliana Lobo. **O exercício do direito de voto e a participação do preso provisório no processo eleitoral na sociedade brasileira e catarinense**. In: RESENHA ELEITORAL, vol. 17, 2009. Disponível em < http://www.tre-sc.gov.br/site/resenha-eleitoral/edicoes-impresas/integra/arquivo/2012/junho/artigos/o-exercicio-do-direito-de-voto-e-a-participacao-do-preso-provisorio-no-processo-eleitoral-na-socieda/index3db5.html?no_cache=1&cHash=c5097a31f3eeab3a4fea3e81ce88bde7 > Acesso em: 14 Fev.2014

DALLARI Dalmo Abreu. **Elementos Teoria Geral do Estado**.pdf. 2ª edição, 1998. Disponível em < <http://www.passeidireto.com/arquivo/1200659/elementos-teoria-geral-do-estado---dallari> > Acesso em: 10. Jan. 2014

FERREIRA, Flavio; CHRISTOFOLETTI, Lilian. **Voto inédito em presídios já preocupa magistrados** In FOLHA DE SÃO PAULO. Atualização em 24 de março de 2010. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2403201002.htm> > Acesso em 07.jan.2014

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2014: Brazil**. Disponível em < http://www.hrw.org/sites/default/files/related_material/brazil_po.pdf > Acesso em 04.jan.2014

Número de Presos cresceu quase 10% Entre 2011 E 2012, Diz Estudo. *In* G1 Brasil. Atualizado em 04/11/2013 Disponível em < <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/numero-de-presos-cresceu-quase-10-entre-2011-e-2012-diz-estudo.html> > Acesso em 09. Jan.2014

PIOVESAN, Flávia. **Proteção dos Direitos Sociais: desafios do ius comune sul-americano**. Disponível em :< <http://www.rechtd.unisinus.br/pdf/122.pdf> > Acesso em : 02. Fev. 2014

PROVIMENTO 6 (DJ-E 16-5-2012) - Procedimentos da Resolução 23.219/2010. Disponível em < http://www.coad.com.br/busca/detalhe_1028/5910/Atos_Legais > Acesso em 04.01.2014

PUGGINA, Rodrigo Tönniges. **O Direito de Voto dos Presos**. Revista Sociologia Jurídica - ISSN: 1809-2721. Número 03 - Julho-Dezembro de 2006. Disponível em < <http://www.sociologiajuridica.net.br/numero-3/174--o-direito-de-voto-dos-presos->> Acesso em: 10. Jan. 2014

RESOLUÇÃO Nº 22.154 do Tribunal Superior Eleitoral. Relator: Ministro. Caputo Bastos, DJ de 14.3.2006. Disponível em < <http://www.eleitoral.mpf.mp.br/legislacao/res22154.pdf> > Acesso em 03.jan.2014

RESOLUÇÃO.Nº 21.804 do Tribunal Superior Eleitoral., Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJ de 9.8.2004. Disponível em < <file:///C:/Users/SamyleRegina/Downloads/CTA%20-%20834%2008.pdf> > Acesso em 03.jan.2014

RESOLUÇÃO Nº 21.160 do Tribunal Superior Eleitoral. Relator Ministro Fernando Neves, DJ de 1.8.2002. . Disponível em < <file:///C:/Users/SamyleRegina/Downloads/PET%201122%2001.pdf> > Acesso em 03.jan.2014

RESOLUÇÃO Nº 23.219 do Tribunal Superior Eleitoral. Relator: Ministro Arnaldo Versiani. Disponível em < http://www.presp.mpf.mp.br/index.php?option=com_content&task=view&id=442&Itemid=72 > Acesso em 03.jan.2014

Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em < <http://www.tre-sc.gov.br/site/imprensa/noticia/arquivo/2013/abril/artigos/presos-provisorios-tem-direito-a-participacao-cidada-na-democracia/index.html> > Acesso em 06.jan.2014

Tribunal Superior Eleitoral. **TSE aprova seis resoluções das eleições gerais de 2014**. Disponível em < <http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Dezembro/tse-aprova-seis-resolucoes-das-eleicoes-gerais-de-2014> > Acesso em 05.jan.2014

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. TRE-MA quer garantir o voto em trânsito do preso provisório, 12 de abril de 2013. Disponível em <<http://www.tre-ma.jus.br/noticias-tre-ma/2013/Abril/tre-ma-quer-garantir-o-voto-em-transito-do-preso-provisorio>> Acesso em: 12.Fev.2014

TRUFFI, Renan. **Maioria dos Estados omite dados sobre presídios do País.** Atualizada às 05/02/2014. Disponível em < <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-02-05/maioria-dos-estados-omitem-dados-sobre-presidios-do-pais.html> > Acesso em 08.fev.2014

WASSERMANN, Rogerio. **Número de presos explode no Brasil e gera superlotação de presídios** In BBC Brasil em Londres. Atualizado em 28 de dezembro, 2012. Disponível em < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121226_presos_brasil_aumento_rw.shtml > Acesso em 05. Jan. 2014